



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

30/10/2010

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CARTÓRIOS.....	1
1.2. COMARCAS.....	2
1.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3
2. JORNAL AQUI	
2.1. COMARCAS.....	4
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	6 - 8
3.2. DESEMBARGADORES.....	9 - 10
3.3. INSTITUCIONAL.....	11
3.4. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	12
3.5. VARA CÍVEL.....	13
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. COMARCAS.....	14
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	15 - 19
5.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	20
5.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	21
5.4. VARA CÍVEL.....	22 - 23

CORREGEDORIA RESPONDE POLÊMICA SOBRE AFORAMENTO DE TERRAS

A Corregedoria Geral da Justiça respondeu a uma questão polêmica e atual, suscitada pela ANOREG-MA (cartórios) que nem mesmo foi discutida nos Tribunais Superiores, como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, a pauta causa dúvidas nas Serventias Extrajudiciais do Maranhão, especialmente as do interior do Estado. A questão é: os contratos de aforamento (ou enfiteúticos) podem ser registrados após o Código Civil de 2002? Em resposta ao questionamento, a Corregedoria entendeu que é perfeitamente possível o registro em cartório de imóveis dos contratos de aforamento – feitos sob as regras do Código Civil de 1916 – após a vigência do Código Civil de 2002. O contrato de aforamento, também chamado de enfiteuse ou aprazamento, é um contrato de direito privado sobre propriedade alheia, com regras essenciais fixadas pelo Código Civil de 1916. Assim, o Poder Executivo (Estadual ou Municipal) poderia transmitir, por meio de contrato de enfiteuse, uma área pública não edificada ou não cultivada para terceiros. Sobre a matéria, o novo Código Civil de 2002 garantiu a validade desses contratos (ou títulos) anteriores, proibindo a criação de novos contratos de enfiteuse (artigo 2.036 do Código Civil de 2002). A Corregedoria demonstrou que o Código Civil de 1916 elencava os elementos essenciais do contrato de aforamento, sem qualquer ingerência no procedimento de registro imobiliário, previsto pela Lei 6.015/73 (Lei de Registro Público). Além disso, fez um estudo comprado do direito civil francês e alemão para comprovar a legalidade do registro de enfiteuse após a vigência do Código Civil de 2002.

Comarca de Bom Jardim seleciona candidatos para cargo de assessor de juiz

O titular da comarca de Bom Jardim, juiz Raul Goulart Júnior, abriu ontem, 26, o período de inscrições para o processo seletivo para o cargo de assessor jurídico da comarca. Podem participar da seleção bacharéis em Direito aprovados no exame da OAB. O encerramento das inscrições se dá no dia 13 de novembro.

Os interessados devem enviar cópia da carteira da OAB (ou número de inscrição, caso a carteira ainda não tenha sido expedida), cópia do diploma universitário e do currículo onde constem endereço, telefone e emails de contato. Os documentos podem ser enviados diretamente para o gabinete do magistrado, via postal - Rua

Nova Brasília, s/n, Alto dos Praxedes, Bom Jardim-Ma, Fórum de Justiça - CEP: 65380-000 - ou pelo email ra-junior@tjma.jus.br.

Após a análise e a seleção dos currículos serão agendadas entrevista e teste seletivo básico, a ser realizados no mês de dezembro, em São Luís, em dia e local a ser definidos.

A remuneração bruta de assessor jurídico é de R\$ 3.850,00. O assessor tem direito ainda a auxílio saúde (R\$ 150,00) e alojamento oficial disponibilizado pela comarca. A jornada de trabalho é de 30 (trinta) horas semanais, com flexibilidade e possibilidade de compensação de horas através do banco de horas do sistema de ponto.

Juiz constata péssimas condições da delegacia de Urbano Santos

O juiz Douglas de Melo, membro do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, acompanhado da juíza Débora Jansen Castro e do promotor de Justiça Henrique Hélder de Lima, fez uma visita de inspeção na comarca de Urbano Santos (a 268 km da capital), onde verificou a situação da delegacia local e dos encarcerados.

Em março deste ano, a Promotoria de Justiça da Comarca de Urbanos Santos deu entrada em Ação Civil Pública, com obrigação de fazer, contra o Estado do Maranhão e com pedido de medida liminar para interdição das celas, seguida da remoção dos presos para estabelecimentos apropriados, conforme a natureza da pena a que estão submetidos (provisória, preventiva, definitiva etc.).

O juiz constatou, durante a inspeção, que lá existem 13 presos condenados e quatro provisórios e constatou as "péssimas condições da infra-estrutura do prédio e das celas". O

magistrado conversou com o delegado Márcio de Moraes sobre a possibilidade de o preso reduzir a pena por cada três dias de trabalho que realizasse na delegacia.

Justiça

Segundo Martins, mesmo com a "triste realidade" da delegacia da Polícia Civil do município, a Justiça criminal está cumprindo regularmente o seu papel. A comarca tem um dos maiores percentuais de presos julgados, com quase todos os presos já sentenciados e, conseqüentemente, menos presos provisórios.

"Esses fatos são indicadores do bom funcionamento da justiça criminal na comarca", explica o juiz, parabenizando a juíza Débora Jansen Castro pelo excelente trabalho realizado naquela comarca.

O Grupo de Monitoramento Carcerário já inspecionou as Comarcas de Rosário, Barreirinhas, Humberto de Campos (delegacia interdita) e Icatu.

As informações são do Tribunal de Justiça do Maranhão.

► BENEPLÁCITO DA LEI

Justiça manda soltar bispo da Igreja Ortodoxa

Por determinação do juiz de Direito da Comarca de Itaguaçu, Océlio Nobre da Silva, foi colocado em liberdade o bispo da Igreja Ortodoxa do Brasil, Luiz de Souza Martins. O bispo Luiz Martins foi preso no dia 14 de outubro, por policiais civis da Delegacia Regional de Polícia Civil de Imperatriz, em cumprimento a um mandado de prisão em seu

desfavor decretada pelo juiz Océlio Nobre da Silva.

O religioso foi colocado em liberdade através de alvará de soltura, em função de revogação de sua prisão preventiva. Luiz Martins responde à ação penal, acusado de estelionato. De acordo com a decisão do juiz Océlio Nobre, o bispo Luiz Martins tem a obrigação de comparecer a

todos os atos do processo, sob pena de decretação de nova prisão preventiva. O não comparecimento a todos os atos do processo define o acusado como fugitivo da justiça e, por isso, o juiz poderá decretar novamente a prisão preventiva. E foi justamente por esse motivo que havia um mandado de prisão, que foi cumprido.

▶ JUSTIÇA EM DIA**Comarca de Urbano Santos atualiza os julgamentos**

O juiz Douglas de Melo, membro do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, acompanhado da juíza Débora Jansen Castro e do Promotor de Justiça, Henrique Hélder de Lima, fez uma visita de inspeção na comarca de Urbano Santos, (localizada a 268 km da capital), onde verificou a situação da delegacia local e dos encarcerados.

Em março deste ano, a Promotoria de Justiça da Comarca de Urbanos Santos deu entrada em Ação Civil Pública com obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão e com pedido de medida liminar para interdição das celas, seguida da remoção dos presos para estabelecimentos apropriados, conforme a natureza da pena a que estão

submetidos (provisória, preventiva, definitiva etc).

O juiz constatou durante a inspeção que lá existem 13 presos condenados e quatro provisórios e constatou as "péssimas condições da infraestrutura do prédio e das celas". O magistrado conversou com o delegado Márcio de Moraes sobre a possibilidade de o preso reduzir a pena por cada três dias de trabalho que realizasse na delegacia.

JUSTIÇA - Segundo Martins, mesmo com a "triste realidade" da Polícia Civil do município, a Justiça criminal está cumprindo regularmente o seu papel. A comarca tem um dos maiores percentuais de presos julgados, com quase todos os presos já sentenciados .

O Tribunal de Justiça do Maranhão inicia, dia 8 de novembro, a construção do novo fórum de Caxias. E no dia 20 do mesmo mês, executa obras do fórum da comarca de Mirinzal.

Em 3 de novembro, serão iniciados também os serviços de reforma e adequação das instalações dos fóruns de Bom Jardim, Amarante do Maranhão e Montes Altos, que receberão melhorias em suas estruturas físicas.

Em dezembro, será a vez do fórum da comarca de Maracaçumé, cujas obras estão sendo concluídas. Está prevista também a conclusão das reformas dos prédios de Sucupira do Norte, Santa Luzia do Paruá e Buriti Bravo.

Em fase de licitação: projetos de construção dos novos fóruns de Mirador, Carutapera, Buriticupu, Estreito, João Lisboa, Carolina, Santa Inês, São Mateus e Loreto.

Bom Jardim terá vagas para assessores jurídicos

Podem participar de seletivo bacharéis em Direito aprovados em exame da OAB

BOM JARDIM - O titular da Comarca de Bom Jardim, juiz Raul Goulart Júnior, abriu na terça-feira (26) o período de inscrições para o processo seletivo para o cargo de assessor jurídico da comarca. Podem participar do processo bacharéis em Direito aprovados no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

– seccional Maranhão. O encerramento das inscrições será no dia 13 de novembro.

Os interessados devem enviar cópia da carteira da OAB (ou número de inscrição, caso a carteira ainda não tenha sido expedida), do diploma universitário e do currículo no qual constem endereço, telefone e e-mails de contato. Os documentos podem ser enviados diretamente para o gabinete do magistrado, via postal ou pelo e-mail rajunior@tjma.jus.br.

Após a análise e a seleção

dos currículos, serão agendados entrevistas e testes básicos, realizados no mês de dezembro, em São Luís. O dia e o local ainda serão definidos.

A remuneração bruta de assessor jurídico é de R\$ 3.850,00. O assessor tem direito ainda a auxílio saúde (R\$ 150,00) e alojamento oficial disponibilizado pela comarca. A jornada de trabalho é de 30 (trinta) horas semanais, com flexibilidade e possibilidade de compensação de horas através do banco de horas do sistema de ponto.

Café da manhã I

BACURI - Juiz e servidores do Fórum de Bacuri e convidados participaram na quarta-feira (27) de um café da manhã comemorativo dos 7 anos de instalação da comarca. O evento celebrou também o Dia do Servidor Público, comemorado quinta-feira. Criada pela Lei Complementar Estadual nº 22, de 21.07.1994, a comarca, de entrância inicial e vara única, tem sede no município de Bacuri, e possui um termo judiciário, Apicum-Açu.

Café da manhã II

BACURI - Com acervo inicial de proximadamente 600 processos, Bacuri teve como primeiro juiz Clésio Coelho Cunha. Atualmente com cerca de 1.500 processos em tramitação, de janeiro a setembro deste ano, a comarca registrou 996 processos distribuídos, 1.215 sentenças prolatadas, 281 decisões, 1.329 despachos, 936 audiências realizadas e 1.653 atendimentos ao público jurisdicionado. As informações são do juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da comarca.

- **Amigos** mais próximos foram surpreendidos com a cirurgia que tirou de cena por uma semana o presidente do TJ, Jamil Gedeon.

No bisturi

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, foi operado ontem de apendicite.

Vinha sentindo dores, controlando com medicamento, mas foi surpreendido pela supuração, que o obrigou a submeter-se a cirurgia, à tarde, no UDI Hospital.

De acordo com a direção do UDI, a operação foi bem sucedida, o presidente do TJ está bem e terá alta em no máximo uma semana.

O MÊS de novembro será produtivo para o Poder Judiciário do Maranhão. Um calendário de grandes eventos será cumprido pela mesa diretora do Tribunal de Justiça na capital e interior do Estado. O primeiro deles: a comemoração dos 197 anos do Tribunal de Justiça, no dia 4.

O segundo será a inauguração da Ouvidoria, dia 8, no Shopping Jaracati. E o terceiro, o Encontro Nacional de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, marcado para 11 e 12, no Hotel Luzeiros.

Coordenação dos Juizados discute Semana da Conciliação

Representantes da Corregedoria Geral da Justiça, da Coordenação dos Juizados Especiais e da Diretoria do Fórum, reuniram-se com advogados e secretários judiciais ontem no Salão do Júri do Fórum do Calhau, onde discutiram estratégias para a Semana da Conciliação, que acontecerá entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro em todo o país.

Durante a reunião, os advogados fizeram algumas sugestões referentes a diversos aspectos do evento, como a disposição das salas de audiências por empresas, a periodicidade das reuniões realizadas com a coordenação do evento e a quantidade de pautas designadas.

Segundo a juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza, coordenadora dos Juizados Especiais, “a coordenação vai ana-

lisar todas as questões debatidas nesse encontro e procurar unir esforços junto à corregedoria, aos magistrados, conciliadores e advogados para realizar o maior número de conciliações possível”.

A iniciativa de realizar a reunião foi bem recebida pelos advogados presentes. “Este encontro foi muito produtivo, pois possibilitou uma maior aproximação entre o Judiciário e nós, advogados. Temos todo o interesse em contribuir com a Semana da Conciliação”, destacou o advogado Anderson Nogueira.

Visando à garantia de mais celeridade à Justiça, a coordenadora também assumiu o compromisso de dar continuidade ao Movimento da Conciliação, durante todo o ano, nos juizados da capital.

Justiça devolve a exclusividade da Volks em São Luís à Euromar

Juiz determinou à montadora faturar \$ 26,8 milhões em favor da concessionária

Décio Sá
Da equipe de O Estado

O juiz da 8ª Vara Cível da Capital, Luiz Gonzaga Almeida, julgou procedente em parte, na quinta-feira, ação que devolve à Euromar a exclusividade na venda de veículos Volkswagen em São Luís. Além disso, manda a montadora faturar em, no máximo cinco dias, em peças e veículos, R\$ 26,888 milhões em favor da concessionária, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. Cabe recurso.

“Exerço o juízo de retratação para deferir parcialmente a tutela antecipada nos seguintes termos: determinar que a Volkswagen do Brasil, no prazo de cinco dias, efetue o faturamento de R\$ 26.888.498,58 em veículos e peças para a Euromar, mantendo a autora como sua revendedora exclusiva em São Luís. Nesse rumo, o Banco Volkswagen deverá voltar a financiar os veículos para os clientes e as requeridas tão e somente poderão debitar na conta corrente da Euromar os valores das novas unidades faturadas. Pa-

ra o caso de descumprimento desta determinação, cada parte ré pagará à parte autora multa diária de R\$ 100 mil”, afirma o juiz no processo nº 32622/2010.

A decisão inviabiliza o funcionamento da Bremen, nova concessionária Volkswagen na cidade. A sentença de Luiz Gonzaga é mais um capítulo da briga entre o empresário Alessandro Martins, presidente da Euromar, e o presidente da Volkswagen do Brasil, Thomas Schmall.

Por conta da prisão de Alessandro Martins, acusado pela CPI da Assembléia Legislativa, Ministério Público e Polícia Civil de irregularidades na comercialização de veículos, Schmall descredenciou a Euromar e autorizou a Bremen, oriunda de Recife (PE), se instalar na capital.

Delação - Durante depoimento a delegado e promotores, já integrado ao programa de delação premiada, Alessandro Martins afirmou que o mesmo esquema - compra de carros cerca de 30% mais baratos através de locadoras - funcionava em outras concessionárias da marca como a Disbrave, de Brasília.

Em decorrência desse fato, o presidente da Volkswagen resolveu retaliar a Euromar. Proibiu Alessandro Martins de vender a bandeira da marca em São Luís.

O negócio estava sendo fechado por R\$ 30 milhões. Além disso, reteve quase o mesmo valor em fundos e garantias à Euromar, apesar do contrato com a montadora está em pleno vigor. A Euromar recorreu e teve deferido em parte seu pedido na 8ª Vara Cível.

No processo era pedido o valor de 370 milhões para o ressarcimento de todos os prejuízos, mas o juiz decidiu apenas pelo retorno da exclusividade da marca e o faturamento de peças e veículos no total de R\$ 26,888 milhões.



Fachada do prédio onde funciona a concessionária Euromar

■ O Tribunal de Justiça inicia, dia 8 de novembro, a construção do novo fórum de Caxias e no dia 20 do mesmo mês, serão executadas as obras do fórum da comarca de Mirinzal, na Baixada maranhense.

■ Também estão previstos serviços de reforma e adequação das instalações dos fóruns de Bom Jardim, Amarante do Maranhão e Montes Altos, que vão receber melhorias em suas estruturas físicas.

■ Em dezembro, deve entregar o fórum de Maracaçumé, cujas obras estão sendo concluídas, e finalizar as reformas dos prédios de Sucupira do Norte, Santa Luzia do Paruá e Buriti Bravo.

- **O titular da comarca de Bom Jardim, juiz Raul Goulart Júnior, abriu esta semana o período de inscrições para o processo seletivo para o cargo de assessor jurídico da comarca. Podem participar da seleção bacharéis em Direito aprovados no exame da OAB. O encerramento das inscrições se dá no dia 13 de novembro.**
- Os interessados devem enviar cópia da carteira da OAB (ou número de inscrição, caso a carteira ainda não tenha sido expedida), cópia do diploma universitário e do currículo onde constem endereço, telefone e emails de contato. Os documentos podem ser enviados diretamente para o gabinete do magistrado, via postal - Rua Nova Brasília, s/n, Alto dos Praxedes, Bom Jardim-Ma, Fórum de Justiça – CEP: 65380-000 - ou pelo email rajunior@tjma.jus.br.

■ Seleção para juiz (I)

O titular da comarca de Bom Jardim, juiz Raul Goulart Júnior, abriu ontem, 26, o período de inscrições para o processo seletivo para o cargo de assessor jurídico da comarca. Podem participar da seleção bacharéis em Direito aprovados no exame da OAB. O encerramento das inscrições se dá no dia 13 de novembro.

Os interessados devem enviar cópia da carteira da OAB (ou número de inscrição, caso a carteira ainda não tenha sido expedida), cópia do diploma universitário e do currículo onde constem endereço, telefone e emails de contato.

Os documentos podem ser enviados diretamente para o gabinete do magistrado, via postal - Rua Nova Brasília, s/n, Alto dos Praxedes, Bom Jardim-Ma, Fórum de Justiça - CEP: 65380-000 - ou pelo email rajunior@tjma.jus.br.

■ Seleção para juiz (II)

Após a análise e a seleção dos currículos serão agendadas entrevista e teste seletivo básico, a ser realizados no mês de dezembro, em São Luís, em dia e local a ser definidos.

A remuneração bruta de assessor jurídico é de R\$ 3.850,00. O assessor tem direito ainda a auxílio saúde (R\$ 150,00) e alojamento oficial disponibilizado pela comarca.

A jornada de trabalho é de 30 (trinta) horas semanais, com flexibilidade e possibilidade de compensação de horas através do banco de horas do sistema de ponto. Maiores informações pelo telefone (98) 3664.2209, com Janaína, no horário das 8h às 14h.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço deste sábado vai para o juiz de Direito, Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da comarca de Bacuri, que promoveu, na quarta-feira, um Café da Manhã com servidores do Fórum e convidados, em comemoração aos sete anos de instalação da comarca e ao Dia do Servidor Público (28 de outubro). Criada pela Lei Complementar Estadual nº 22, de 21.07.1994, a comarca, de entrância inicial e vara única, tem sede no município de Bacuri, e possui um termo judiciário, Apicum-Açu. Atualmente com cerca de 1.500 processos em tramitação, de janeiro a setembro de 2010 a comarca registra 996 processos distribuídos, 1.215 sentenças prolatadas, 281 decisões, 1.329 despachos, 936 audiências realizadas e 1.653 atendimentos ao público jurisdicionado.

Assessor de juiz

O titular da comarca de Bom Jardim, juiz Raul Goulart Júnior, abriu na terça-feira, 26, o período de inscrições para o processo seletivo para o cargo de assessor jurídico da comarca. Podem participar da seleção bacharéis em Direito aprovados no exame da OAB. O encerramento das inscrições se dá no dia 13 de novembro. Maiores informações pelo telefone (98) 3664.2209, com Janaína, no horário das 8h às 14h.

Tribunal de Justiça anuncia obras de construção de fórum no interior

O Tribunal de Justiça do Maranhão inicia, a partir do dia 8 de novembro, a construção do novo fórum de Caxias. No dia 20 do mesmo mês, serão executadas as obras do fórum da comarca de Mirinzal, na região da Baixada maranhense.

Também se iniciam em 3 de novembro os serviços de reforma e adequação das instalações dos fóruns de Bom Jardim, Amarante do Maranhão e Montes Altos, que vão receber melhorias em suas estruturas físicas.

Em dezembro, o TJMA deve entregar o fórum da comarca de Maracaçumé, cujas obras estão

sendo concluídas, e finalizar as reformas dos prédios de Sucupira do Norte, Santa Luzia do Paruá e Buriti Bravo, com previsão para serem concluídas e inauguradas até o final do ano.

Já se encontram em fase de licitação os projetos de construção dos novos fóruns de Mirador, Carutapera, Buriticupu, Estreito, João Lisboa, Carolina, Santa Inês, São Mateus e Loreto.

Modelo padrão – De acordo com o diretor de Engenharia, Antonio José do Lago, os novos fóruns que o Judiciário está construindo obedecem a um modelo padrão, adaptado aos serviços judiciários,

com sala de audiência, recepção, gabinete do juiz, secretaria judicial, processamento de dados, estacionamento, arquivo, promotoria, copa, banheiros e depósito.

As melhorias integram as ações planejadas pelo Tribunal para dotar a Justiça estadual de sedes próprias e adequadas ao atendimento da demanda crescente junto às suas unidades judiciais. Somam-se às obras os investimentos feitos em equipamentos e automação dos serviços, além da estruturação do quadro de pessoal das comarcas com a nomeação de novos servidores concursados.

Coordenadores e advogados discutem estratégias para Semana da Conciliação

Representantes da Corregedoria Geral da Justiça, da Coordenação dos Juizados Especiais e da diretoria do Fórum do Calhau reuniram-se com advogados e secretários judiciais, ontem, dia 29, no salão do júri do fórum, para discutir estratégias para a Semana da Conciliação, que acontecerá de 29 de novembro a 3 de dezembro em todos o país.

Durante o encontro, os advogados fizeram sugestões quanto a aspectos do evento, como a disposição das salas de audiências por empresas, a periodicidade das reuniões realizadas com a coordenação do evento e a quantidade de pautas designadas.

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, comprometeu-se em analisar as questões debatidas e em unir esforços junto à Corregedoria, magistrados, conciliadores e advogados para concretizar o maior número de conciliações possíveis.

A iniciativa da reunião foi bem recebida pelos advogados presentes. “Este encontro foi muito produtivo, pois possibilitou uma maior aproximação entre o Judiciário e nós, advogados. Temos todo o interesse em contribuir com a Semana da Conciliação”, destacou o advogado Anderson Nogueira.

Visando garantir mais celeridade à Justiça, a coordenadora assumiu o compromisso de dar continuidade ao Movimento da Conciliação, durante todo o ano, nos juizados da capital. Segundo a coordenadora, a intenção do Poder Judiciário é tornar a conciliação um hábito.

Além da coordenadora, advogados e secretários judiciais, estiveram presentes na reunião a diretora da Corregedoria, Sumaya Heluy (também coordenadora-geral da Semana da Conciliação no Maranhão) e o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que responde pela diretoria do Fórum e pela 7ª Vara Cível.

Comarca de Urbano Santos atualiza julgamento de presos

O juiz Douglas de Melo, membro do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, acompanhado da juíza Débora Jansen Castro e do Promotor de Justiça, Henrique Hélder de Lima, fez uma visita de inspeção na comarca de Urbano Santos, (localizada a 268 km da capital), onde verificou a situação da delegacia local e dos encarcerados.

Em março deste ano, a Promotoria de Justiça da Comarca de Urbanos Santos deu entrada em Ação Civil Pública com obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão e com pedido de medida liminar para interdição das celas, seguida da remoção dos presos para estabelecimentos apropriados, conforme a natureza da pena a que estão submetidos (provisória, preventiva, definitiva, etc.).

O juiz constatou durante a inspeção que lá existem 13 presos condenados e quatro provisórios e constatou as "péssimas condições da infra-estrutura do prédio e das celas". O magistrado conversou com o delegado Márcio de Moraes sobre a possibilidade de o preso reduzir a pena por cada três dias de trabalho que realizasse na delegacia.

Justiça – Segundo Martins, mesmo com a "triste realidade" da delegacia de polícia civil do município, a Justiça criminal está cumprindo regularmente o seu papel. A comarca tem um dos maiores percentuais de presos julgados, com quase todos os presos já sentenciados e, consequentemente, menos presos provisórios.

**JUIZ DÁ GANHO DE
CAUSA À EUROMAR
EM AÇÃO MOVIDA
CONTRA A VOLKSWAGEN**

PÁGINA 2

Juiz dá ganho de causa à Euromar em ação movida contra a Volkswagen

O juiz da 8ª Vara Cível da Capital, Luiz Gonzaga Almeida, julgou parcialmente procedente, na quinta-feira (28), ação ajuizada pela Euromar determinando que a Volkswagen do Brasil efetue em cinco dias o faturamento de R\$ 26,8 milhões em veículos e peças em favor da primeira sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. Além disso, o magistrado determinou que a montadora mantenha a Euromar como sua revendedora exclusiva no Maranhão. Cabe recurso ao Tribunal de Justiça.

“Diante do exposto, exerço o juízo de retratação para deferir parcialmente a tutela antecipada nos seguintes termos: determinar que a Volkswagen do Brasil, no prazo de cinco dias, efetue o faturamento de R\$ 26.888.498,58 em veículos e peças para a Euromar, mantendo a autora como sua revendedora exclusiva em São Luís. Nesse rumo, o Banco Volkswagen deverá voltar a financiar os veículos para os clientes e, as requeridas tão e somente poderão debitar na conta corrente da Euromar, os valores das novas unidades faturadas. Para o caso de descumprimento desta

determinação, cada parte ré pagará à parte autora, multa diária de R\$ 100 mil”, diz Luiz Gonzaga no processo nº 32622/2010.

De acordo com fontes da Euromar, o presidente da Volkswagen do Brasil, Thomas Schmall, manifestou-se indignado porque Alessandro Martins resolveu participar do programa de delação premiada proposto pelo Ministério Público e apresentou às autoridades notas fiscais da concessionária brasiliense Disbrave, do milionário Carlos Alberto Taurizano.

A Disbrave vendia veículos à semelhança da Euromar no Maranhão, com o aval da montadora. O presidente da Volkswagen proibiu Alessandro Martins de vender a Euromar por R\$ 30 milhões, reteve quase o mesmo valor em fundos e garantias da concessionária, além de autorizar a abertura de uma nova revenda, a Bremen (Recife), mesmo sem nomeá-la oficialmente. Com a decisão, a Bremen corre o risco de fechar em São Luís. No processo, a Euromar pedia R\$ 370 milhões à montadora, o que foi negado pelo juiz Luiz Gonzaga.